

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram, de um lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO DE JOÃO MONLEVADE - SINTICCIM/MG** inscrito no CNPJ sob o nº 23.943.053/0001-41, com o Código da Entidade Sindical nº 004.090.5491-4, neste ato representado por seu Presidente Gilson Morais Santiago e, de outro lado, representando os empregadores, o **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**, inscrito no CNPJ n.º 17.220.252/0001-29, Código da Entidade nº 001.086.07055-8, também representado neste ato por seu Presidente, Eduardo Kuperman, ambos devidamente autorizados pelas AGE's de suas entidades, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA VIGÊNCIA E DA DATA-BASE

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

As partes firmam a presente Convenção em 04 (quatro) vias de igual teor, a qual vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º (primeiro) de novembro de 2004 e expirando-se em 31 de outubro de 2005.

CLÁUSULA SEGUNDA - DATA-BASE

Fica mantida a data-base em 1º de novembro.

II - DA CORREÇÃO DOS SALÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados pertencentes à categoria profissional conveniente serão reajustados, a partir de 1º de novembro de 2004, com o percentual de 8% (oito por cento), o qual incidirá sobre os salários vigentes no dia 1º do mês de novembro de 2003.

§ 1º - As partes, em caráter excepcional, fixam os pisos salariais para vigorarem no período de 1º/11/04 a 31/10/2005, já incluindo o percentual previsto no *caput* desta cláusula, nos seguintes valores:

- | | |
|------------------|---|
| a) Servente: | R\$ 1,42 (um real e quarenta e dois centavos) por hora; |
| b) Meio Oficial: | R\$ 1,49 (um real e quarenta e nove centavos) por hora; |
| c) Oficial: | R\$ 1,93 (um real e noventa e três centavos) por hora. |

§ 2º - Ficam automaticamente compensadas as antecipações ou reajustes salariais espontâneos que tenham sido concedidos após 1º de novembro de 2003, ressalvando, porém,

os aumentos ou reajustes salariais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizado, de acordo com a IN vigente do TST.

§ 3º - As partes declaram que o percentual ora negociado é resultado de transação livremente pactuada entre as partes e foram fixados já com inclusão do percentual previsto na cláusula terceira deste instrumento normativo e com recomposição do piso do servente, que encontrava-se defasado em relação ao salário mínimo nacional e, finalmente, atendem em seus efeitos quaisquer obrigações salariais vencidas a partir de 1º de novembro de 2003.

CLÁUSULA QUARTA - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

Os empregados admitidos após 1º de novembro de 2003 terão o salário base nominal reajustado, a partir de 1º de novembro de 2004, com o mesmo percentual de correção aplicado aos admitidos anteriormente, desde que não ultrapasse o menor salário da função.

§ 1º - Nas funções onde não houver paradigma, ou nas empresas que iniciaram suas atividades após 01/11/03, poderá ser adotado o critério de proporcionalidade, observada a seguinte tabela.

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

DATA DE ADMISSÃO DO EMPREGADO	COEFICIENTE DE PROPORCIONALIDADE	PERCENTUAL
01/11 à 15/11/03	1,0800.....	8,00
16/11 à 15/12/03.....	1,0731.....	7,31
16/12 à 15/01/04.....	1,0662.....	6,62
16/01 à 15/02/04.....	1,0594.....	5,94
16/02 à 15/03/04.....	1,0526.....	5,26
16/03 à 15/04/04.....	1,0459.....	4,59
16/04 à 15/05/04.....	1,0392.....	3,92
16/05 à 15/06/04.....	1,0326.....	3,26
16/06 à 15/07/04.....	1,0260.....	2,60
16/07 à 15/08/04.....	1,0194.....	1,94
16/08 à 15/09/04.....	1,0129.....	1,29
16/09 à 15/10/04.....	1,0064.....	0,64

§ 2º - Os percentuais da tabela incidirão sobre o respectivo salário de admissão, ficando compensados todos e quaisquer aumentos, reajustes e antecipações salariais que tenham sido concedidos.

§ 3º - Para fazer jus ao percentual do mês, o empregado deverá ter sido admitido até o respectivo dia 15 (quinze), sendo que as admissões posteriores ao dia 15 provocam reajustamento pelo índice do mês imediatamente seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E/OU OUTRAS VERBAS TRABALHISTAS, INCLUSIVE RESCISÓRIAS, DEVIDAS NOS MESES DE NOVEMBRO/04/ DEZEMBRO/04, JANEIRO/05 E FEVEREIRO/05

Em virtude da data em que as partes efetivamente fecharam esta negociação e assinaram este instrumento normativo, fica convencionado que quaisquer diferenças salariais, de verbas rescisórias e outras de natureza trabalhista, devidas nos meses de novembro/04, dezembro/04, janeiro/05 e fevereiro/05 que, em razão da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho não foram pagas, as empresas e/ou empregadores poderão pagá-las até o dia **15/03/2005**.

§ único - O pagamento das eventuais diferenças salariais e de verbas trabalhistas, inclusive as parcelas rescisórias, a que se refere o *caput* desta cláusula, não sofrerá qualquer acréscimo relativo à atualização monetária ou de juros se observado o prazo acima convencionado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

§ 1º - Quando o pagamento dos salários houver sido estipulado por semana, as empresas deverão efetuar-lo até o último dia útil da semana.

§ 2º - Quando o pagamento dos salários houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, e as empresas concederão aos seus empregados um adiantamento salarial no valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário-base auferido no mês anterior, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

§ 3º - As empresas que optarem por fazer o pagamento do salário mensal até o dia 30 (trinta) de cada mês, ficam desobrigadas de proceder ao adiantamento salarial de que trata o item 6.2 supra.

§ 4º - As empresas poderão efetuar os pagamentos através de cheque ou cartão salário (sistema eletrônico), devendo os empregados serem liberados, sem prejuízo do recebimento dos salários, para os descontos ou saques nos respectivos bancos.

CLÁUSULA SÉTIMA - EQUIPARAÇÃO SALARIAL

As empresas pagarão o mesmo salário para os empregados exercentes de funções idênticas, desde que preenchidos os requisitos do artigo 461, *caput*, e parágrafos da CLT.

III - DA JORNADA DE TRABALHO E DAS AUSÊNCIAS

CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Os empregados, inclusive mulheres e menores, poderão ser dispensados do trabalho aos sábados ou em qualquer outro dia de trabalho, em todo o expediente ou em parte dele, com a correspondente prorrogação da jornada de trabalho de segunda a sexta-feira, respeitada a jornada avençada, nunca superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

§ 1º - As horas compensadas na jornada de trabalho, conforme aqui estabelecido, não são extraordinárias, portanto, não sofrerão os acréscimos dos adicionais previstos neste acordo, nem qualquer outro acréscimo.

§ 2º - Fica estabelecido que, inobstante a adoção do sistema de compensação de horário previsto nesta cláusula, o sábado deverá ser considerado como dia útil não trabalhado, e não dia de repouso semanal, para todos os efeitos, isso significando que o empregador poderá voltar a exigir o trabalho neste dia, em caso de necessidade de serviço.

§ 3º - Quando a empresa adotar o sistema de prorrogação e compensação de horário previsto neste acordo, e o feriado recair em um dia de 2ª à 6ª feira, poderá compensar as horas de prorrogação relativas àquele dia de feriado com o trabalho das horas correspondentes no sábado seguinte ou na semana subsequente. Se o feriado, porém, recair em um sábado, a empresa terá que abolir a prorrogação das horas correspondentes na semana que o anteceder, ou, então, pagá-las como se extraordinárias fossem.

§ 4º - Ficam as empresas e/ou empregadores autorizados, através de acordo individual e escrito diretamente com os seus respectivos trabalhadores, prorrogar a jornada de trabalho, em qualquer dia da semana, inclusive no sábado, especificando-os, para compensar dias-ponte de feriados legais ou recessos da empresa, a exemplo de: dias de carnaval, semana santa, natal, ano novo, etc.. Neste caso, as respectivas horas suplementares não serão remuneradas e nem consideradas extraordinárias para os efeitos da legislação trabalhista, devendo ser remetida uma cópia do acordo ao Sindicato Profissional.

§ 5º - Fica autorizado à todas as empresas e/ou empregadores que se utilizam de serviços de vigias, optar pelo regime de compensação da escala de 12 X 36, devendo, neste caso, ser firmado acordo individual e escrito com os seus respectivos trabalhadores.

IV - DOS CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO

CLÁUSULA NONA - CONTRATOS DE SUB-EMPREITADA

Os contratos de subempreitada de mão de obra deverão ser celebrados com sub-empregadores constituídos sob a forma de pessoa jurídica e autônomos, devidamente organizados e registrados nos órgãos competentes, com endereços e sede claramente especificados nos instrumentos contratuais. Além disso, os empregadores deverão fazer a retenção de um percentual mínimo de 11% (onze por cento) das faturas de pagamento dos subempregadores, em garantia do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte destes, na forma do art. 31, da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei 9.711, de 20/11/98, exigindo-lhes, a cada mês, prova da satisfação dos encargos pertinentes à mão de obra utilizada na sub-empreitada.

V - DOS PAGAMENTOS ESPECIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com os adicionais de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário/hora, relativamente às duas primeiras horas excedentes, e de 100% (cem por

cento) sobre o salário/hora, a partir da terceira hora excedente da jornada diária normal e deverão ser pagas na folha de pagamento do mês de sua prestação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - ABONO DE FÉRIAS

Com o objetivo de estimular a assiduidade ao trabalho, as empresas e empregadores concederão aos seus empregados um abono de férias anual, independentemente do abono constitucional, da seguinte forma:

A) Para os que percebem até **R\$ 430,15 (quatrocentos e trinta reais e quinze centavos)**, o abono será igual a 80 (oitenta) horas de trabalho, a serem calculadas sobre o salário contratual;

B) Para os que percebem acima de **R\$ 430,15 (quatrocentos e trinta reais e quinze centavos)**, o abono será igual a 80 (oitenta) horas de trabalho a serem calculadas sobre a porção do salário equivalente a **R\$ 430,15 (quatrocentos e trinta reais e quinze centavos)**.

§ 1º - Somente farão jus ao abono de férias ora ajustado os empregados que demonstrarem assiduidade no período aquisitivo das férias completado durante a vigência deste acordo, entendendo-se por assiduidade a do empregado que houver faltado ao serviço até, no máximo, 03 (três) vezes durante o período aquisitivo das férias, excetuando-se as ausências previstas no art. 473 da CLT, devidamente comprovadas.

§ 2º - As horas de salário correspondentes ao abono de férias de que trata essa Cláusula serão pagas ao empregado por ocasião do retorno das férias, após o efetivo gozo das mesmas, na primeira folha de pagamento subsequente e serão estendidas, nas mesmas bases e condições ora convencionadas, à hipótese de indenização de férias adquiridas ou vencidas por ocasião da rescisão contratual. O mesmo não ocorrerá, porém, quando do pagamento de férias proporcionais no acerto final rescisório, no qual o abono de férias não será devido.

§ 3º - O abono de férias de que trata esta Cláusula será calculado apenas sobre o salário fixo auferido pelo empregado, sem considerar na sua composição quaisquer outras parcelas de natureza salarial, tais como horas extras, repousos remunerados, adicional noturno, adicional de insalubridade ou de periculosidade, ou qualquer outro título.

§ 4º - O fato de o empregado haver convertido 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, não importará na redução do presente abono de que trata esta Cláusula.

§ 5º - Os empregados que receberem seus salários por mês terão os mesmos convertidos em horas, para efeito de pagamento do abono ora instituído.

§ 6º - A faixa salarial de **R\$ 430,15 (quatrocentos e trinta reais e quinze centavos)** referida nas letras A e B do "caput" desta Cláusula sofrerá os mesmos reajustes e antecipações que porventura vierem a ser aplicados aos salários da categoria profissional conveniente.

§ 7º - O abono de férias de que trata o **caput** desta cláusula, não integrará a remuneração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho e da previdência social (INSS), consoante dispõe o art. 144 da CLT.

VI - DOS BENEFÍCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CESTA BÁSICA

As empresas concederão aos seus empregados que preencherem os requisitos previstos no parágrafo 1º desta cláusula, uma cesta básica por mês, com, pelo menos, 20 (vinte) quilos, em 06 (seis) produtos diferentes, dentre eles, obrigatoriamente, arroz, feijão, café e açúcar, procedendo o desconto respectivo nos salários dos empregados de quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor da cesta. **Fica vedada a inclusão do sal dentre os produtos componentes da cesta básica.**

§ 1º - Farão jus à cesta básica os empregados que trabalharem no canteiro de obra, auferindo salário igual ou inferior a 05 (cinco) salários mínimos e que demonstrarem assiduidade integral, entendendo-se por esta a do empregado que não houver faltado ao serviço nenhuma vez durante o mês, ressalvadas apenas as ausências justificadas por motivo de acidente de trabalho, aquelas previstas no art. 473 da CLT, devidamente comprovadas por documento hábil. O fornecimento da cesta básica ao acidentado ficará limitado ao período de um ano e deverá ser fornecida, de igual modo, ao empregado acidentado que em substituição à cesta recebia refeição no canteiro de obra.

§ 2º - A empresa poderá, em substituição à entrega de uma cesta básica *in natura* no local de trabalho (obra), fornecer ao empregado um vale-cesta que permitirá ao trabalhador efetuar a troca junto a um fornecedor, respeitando-se sempre as mesmas condições e os produtos estabelecidos nesta cláusula.

§ 3º - A título de cesta básica, as empresas poderão optar pela concessão, em substituição ao fornecimento "in natura", de um abono salarial igual a **R\$ 20,41 (vinte reais e quarenta e um centavos)**, valor este que será corrigido nos mesmos percentuais e na mesma época em que os salários da categoria conveniente sofrerem alterações, e que será pago somente para os empregados que preencherem os mesmos requisitos do parágrafo 1º supra, incorporando-se aos salários, para todos os efeitos legais, inclusive os reajustes futuros.

§ 4º - As empresas que fornecem refeição no canteiro de obras estão desobrigadas da concessão da cesta básica e/ou abono salarial.

§ 5º - O empregador será obrigado a entregar a cesta básica ao empregado que fizer jus até o dia dez (10) do mês subsequente àquele em que adquiriu este direito.

§ 6º - As empresas deverão exigir do fornecedor da cesta básica a observância dos requisitos previstos na legislação pertinente, inclusive, se for o caso, A Instrução Normativa do INMETRO. Esta obrigação deverá ser observada a partir do mês de janeiro de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE GRATUITO

O Sindicato patronal recomenda às empresas que já fornecem o vale-transporte sem proceder o desconto de lei no salário dos empregado, que continuem procedendo desta forma.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - REFEIÇÃO

O Sindicato patronal recomenda às empresas que forneçam refeição aos seus empregados, através de um dos planos de alimentação previstos no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

VII - DA SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA SEGURANÇA NO TRABALHO

As empresas se obrigam a cumprir e fazer cumprir as normas legais de segurança, higiene e medicina do trabalho, aplicáveis ao setor da construção civil.

§ 1º - As empresas fornecerão, ainda, gratuitamente, dois pares de uniformes por ano, a todos os seus empregados que possuírem mais de um ano de tempo de serviço, na empresa.

VIII - DAS RELAÇÕES SINDICAIS E SUA ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas fornecerão à entidade profissional uma relação dos empregados existentes na data-base, dela constando o nome, a profissão, a matrícula e a remuneração de cada um deles, para fins de estudos estatísticos e projetos assistenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DA CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES NA CCT

As empresas e/ou os empregadores descontarão de todos os empregados que prestem serviço na base territorial do Sindicato Profissional, a quantia equivalente a 6% (seis por cento) do salário nominal corrigido.

Os descontos deverão ser efetivados, em duas parcelas de 3% (três por cento) cada uma, nos meses de **abril/2005** e **outubro/2005** e recolherão o produto da arrecadação através de depósito na conta 1371-9, Caixa Econômica Federal, Agência 0607, em guias próprias, que serão fornecidas pelo Sindicato favorecido, até o quinto dia útil de maio/2005 e novembro/2005, respectivamente.

§ 1º: Se houver atraso no recolhimento do valor descontado dos empregados, as empresas deverão efetuar-lo com acréscimo da atualização monetária devida (IGP-M), bem como a multa de 2% (dois por cento) ao mês.

§ 2º: As empresas deverão enviar ao Sindicato Profissional a relação dos trabalhadores descontados com o respectivo nome, valor dos salários e com a discriminação dos respectivos valores recolhidos.

§ 3º: Ao trabalhador que não concordar com os descontos ficará assegurado o direito de oposição direta e pessoalmente ao Sindicato ou mediante correspondência com AR (aviso de recebimento) enviado pelos Correios ao Sindicato da Categoria Profissional, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura da Convenção.

§ 4º: O trabalhador admitido no decorrer do ano de 2005 terá o mesmo desconto em seu salário nominal, incidindo a primeira parcela no mês subsequente ao da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHADOR

Fica estabelecido que, na eventual Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, com base na Portaria nº 160 daquele órgão, na qual não se observar os termos consignados na Ata de Reunião entre a DRT/MG e os Sindicatos signatários deste instrumento datada de 14/12/2004, aquela empresa e/ou empregador que vier sofrer autuação, poderá suspender os descontos a partir da data da autuação.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - LIBERAÇÃO DO PRESIDENTE DO SINDICATO PROFISSIONAL

O presidente do Sindicato profissional fica liberado do trabalho, à disposição da entidade sindical, sem prejuízo dos seus salários e demais direitos trabalhistas, durante a vigência desta convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS (Art. 513, “e”, da CLT)

CONSIDERANDO a deliberação assemblear dos empresários;

CONSIDERANDO os serviços prestados pelo Sindicato Patronal conveniente, especialmente quanto à negociação coletiva (art. 8º, incisos II, III e VI da CF/88), que resultou na celebração da presente convenção;

CONSIDERANDO que a receita decorrente desta taxa será aplicada na manutenção e melhoria da estrutura do SINDUSCON-MG, bem como incrementar o Centro de Treinamento Empresarial;

CONSIDERANDO a prestação de serviços do SINDUSCON-MG, mesmo após a assinatura deste instrumento, por todo o período de vigência da CCT, no que concerne a orientação e interpretação de suas cláusulas quando de sua aplicação para todas empresas e/ou empregadores pertencentes à categoria econômica ou a ela vinculados pelo exercício da atividade de construção civil abrangidos por esta convenção coletiva e dela beneficiários; e finalmente

CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 513, “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho; fica instituída as contribuições, conforme tabela abaixo, as quais deverão ser recolhidas nas datas indicadas, em favor do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais. Os valores poderão ser recolhidos diretamente na tesouraria do SINDUSCON-MG (Rua Marília de Dirceu, 226, 3º andar, Lourdes, Belo Horizonte, MG - fone (0XX31) 3275.1666) ou através de guia específica que será enviada em tempo hábil às empresas, para recolhimento na rede bancária nela indicada, nos seguintes valores:

1ª FAIXA EXCEPCIONAL PARA AS EMPRESAS COM ATÉ 50 (CINQUENTA) EMPREGADOS COMPROVADOS ATRAVÉS DA RAIS DE 2003:

- a) Valor com **DESCONTO ESPECIAL** para pagamento à vista até 15/03/05 em uma única parcela de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais);
- b) Valor normal sem desconto de R\$ 207,00 (duzentos e sete reais) em duas parcelas iguais de R\$ 103,50 (cento e três reais e cinquenta centavos) cada uma, vencíveis em 15/03/05 e 15/04/05.

2ª FAIXA (Normal)

CAPITAL SOC. OU PATRIMÔNIO LIQUIDO DA EMPRESA (R\$)	DATA DE PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Até 250.000,00	15/03/05 (pagamento à vista) 15/03/05 e 15/04/05 (duas parcelas iguais)	460,00* ou 287,50
* Obs.: valor com desconto especial para pagamento à vista em 15/03/05.		
Acima de 250.000,00	15/03/05 (pagamento à vista) 15/03/05 e 15/04/05 (duas parcelas iguais)	905,00* ou 603,50
*Obs.: valor com desconto especial para pagamento à vista em 15/03/05.		

§ 1º - Após o dia 15/03/05, o recolhimento da contribuição prevista nesta Cláusula será considerado em atraso, devendo o mesmo sofrer a atualização monetária do seu valor com base na variação do INPC (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo em caso de extinção, inclusive a *pro rata tempore die*, tomando-se como base para a apuração do período em mora a data de 15/03/05, além do pagamento pela empresa inadimplente da multa de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, os quais incidirão sobre o valor corrigido monetariamente, bem como as despesas decorrentes da cobrança judicial ou extrajudicial, caso necessária.

§ 2º - As empresas, não associadas ao SINDUSCON-MG, que, não concordarem com a presente contribuição assistencial patronal, poderão se **OPOR**, por simples manifestação escrita dirigida ao Sindicato, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do presente instrumento.

IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

O segurado da Previdência Social que sofrer acidente do trabalho terá garantida pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente (Lei nº 8.213/91 - art. 118).

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA - CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

As partes obrigam-se a observar fiel e rigorosamente a presente Convenção, por expressar o ponto de equilíbrio entre as reivindicações apresentadas pelo Sindicato profissional e os oferecimentos feitos em contra proposta pela entidade patronal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA - MULTA

Constatada a inobservância por qualquer das partes, de cláusula da presente Convenção, será aplicada à inadimplente multa equivalente a 01 (hum) dia de salário do empregado, elevada para 02 (dois) dias de salário do empregado, em caso de reincidência específica, importância que reverterá em benefício da parte prejudicada, ficando excetuadas desta penalidade aquelas cláusulas para as quais já estiver prevista sanção específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA - NÃO SUPERPOSIÇÃO DE VANTAGENS

Fica convencionado que, ocorrendo alteração na legislação, Acordo ou Dissídio Coletivo, não poderá haver, em hipótese alguma, a aplicação cumulativa de vantagens da mesma natureza com as desta Convenção, prevalecendo no caso a situação mais favorável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA - PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, denúncia ou revogação, total ou parcialmente, da presente Convenção ficará subordinado às normas estabelecidas pelo art. 615 da consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA - JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências na aplicação desta Convenção.

E, estando assim convencionados, firmam a presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para que surta os efeitos de direito.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2005.

Gilson Morais Santiago
Presidente do Sindicato Profissional
CPF nº 298.857.796-04

Engº Eduardo Kuperman
Presidente do Sindicato Patronal
CPF nº 525.974.746-15